

----- **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO** -----
----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO, REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. -----

----- **ATA NÚMERO DEZ** -----
----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e três reuniu no auditório da UACS – Casa do Comércio, sito na Rua Castilho número catorze, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Santo António, sob a presidência do seu Presidente efetivo, João Paulo Marques das Neves, coadjuvado por Paula Teresa Naia Fonseca Costa Correia Ribeiro, Primeira Secretária, e Inês Sofia Borges Silva, Segunda Secretária.---

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Maria Elisa Manero Lemos Rodrigues e Vitor Cândido Ribas Nobre José. -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Catarina Canongia de Alpoim de Gouveia Homem, João Carlos da Silva Afonso e Catarina da Conceição Fonseca de Jesus. -----

----- **Do Centro Democrático Social (CDS)** – Miguel Vaz Freire. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP)** – Sónia Carla Pinto Costa. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** - Hernâni Custódio do Carmo. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** – Joana Filipa Lourenço Mira. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Maria Dalila Correia Araújo Teixeira, que justificou a sua ausência e foi substituída por Catarina de Jesus. -----

----- João Pedro Serrano Mota Lopes. -----

----- Às vinte horas e trinta minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- (Não se verificaram intervenções do público) -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que a ata da sessão número nove não ficou disponível porque houve um internamento da pessoa que costumava a fazer a transcrição das atas. O que pedia era que na próxima sessão, que seria tipicamente em junho, se não houvesse nenhuma coisa extraordinária, aprovariam a ata número 9 e a ata número 10. Se houvesse alguma extraordinária aproveitariam para aprovar nessa sessão.

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** apresentou os seguintes documentos:-----

----- **Voto de Saudação** -----

----- “----- 25 de Abril e 1º de Maio-----

----- *A Revolução de Abril é um marco maior na história de Portugal, uma realização da vontade do povo, uma afirmação de liberdade, de emancipação social, de soberania e independência nacional.* -----

----- *Ao longo de 48 anos, os trabalhadores, o povo, milhares de democratas e patriotas desenvolveram a luta de resistência antifascista, pela democracia e a liberdade.*-----

----- *A vitória sobre o fascismo, desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas em 25 de Abril de 1974, tornou-se possível em resultado dessa luta de resistência que juntou o movimento operário, os intelectuais, o movimento juvenil e estudantil, o movimento democrático, a luta contra a guerra colonial.* -----

----- *As grandes conquistas democráticas resultantes da Revolução – direitos fundamentais, incluindo a constituição de partidos políticos, o direito ao voto, o fim da censura, a liberdade de organização sindical, os direitos de manifestação e de greve; a*

adopção de um largo conjunto de medidas sociais, como o aumento de salários, das reformas e pensões, o alargamento do direito a 30 dias de férias pagas, a instauração de um salário mínimo nacional (SMN); os direitos das mulheres e da juventude, a igualdade e o combate às discriminações; a reforma agrária; as nacionalizações e o controlo operário; o acesso generalizado ao ensino, à saúde e à segurança social; o desenvolvimento e democratização da cultura; o fim da guerra colonial, reconhecendo o direito à independência dos povos das colónias; o poder local democrático; o desenvolvimento de uma política externa de paz e cooperação e de salvaguarda da independência e soberania nacionais – asseguraram o regime democrático, o fim do poder dos grupos monopolistas, a democratização da sociedade portuguesa, o desenvolvimento do país e a melhoria das condições de vida do povo.-----

----- Conquistas posteriormente consagradas na Constituição da República Portuguesa, aprovada e promulgada em 2 de Abril de 1976, que incorporou o acervo do processo libertador, progressista e do caminho para o desenvolvimento económico, social e cultural e de afirmação de um Portugal livre, independente e soberano. -----

----- Conquistas que se projectam no Portugal de hoje e são uma referência na construção e desenvolvimento futuro da sociedade portuguesa.-----

----- O 1º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador é, desde 1886, um dia de luta e resistência para todos os trabalhadores do mundo para conquistar melhores condições de trabalho. -----

----- Comemorar o 49º Aniversário da Revolução de Abril é também comemorar os 49 anos do 1º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador, dia de luta, resistência e emancipação para todos os trabalhadores. Durante o fascismo, a comemoração desta data era reprimida. -----

----- Hoje, quando avultam limitações de importantes direitos sociais, económicos e políticos, se agrava a situação económica e social, se degradam as condições de vida dos trabalhadores e do povo, se acentuam desigualdades e injustiças –, com o povo a pagar a factura dos lucros que aumentam escandalosamente –, quando aumenta o domínio económico e político do grande capital, se aprofundam opções de submissão a interesses externos fragilizando a afirmação da independência e soberania nacionais e quando, paralelamente, se multiplicam operações de branqueamento da história e natureza do fascismo, as comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio revestem-se de particular importância. -----

----- Assim, a eleita do PCP na Assembleia de Freguesia de Santo António em Lisboa propõe que a Assembleia de Freguesia, reunida em sessão ordinária em 26 de Abril de 2023, delibere:-----

----- 1. Saudar o 49º Aniversário da Revolução de Abril e do 1º de Maio em Liberdade e apelar à participação massiva nas iniciativas comemorativas -----

----- 2. Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações em defesa do emprego de qualidade, da habitação, da saúde, da educação e da escola pública, das reformas e pensões, da segurança social, dos salários, do Serviço Nacional de Saúde, dos serviços públicos de transportes – direitos consagrados na Constituição de Abril; -----

----- 3. Exortar a que os órgãos representativos da autarquia promovam um programa de iniciativas dirigida às comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, envolvendo a participação das forças vivas do concelho, que contribua para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de acto de emancipação, democracia e liberdade. -----

----- 4. Enviar esta Saudação para: -----

----- a) Presidente da República; -----

----- b) Presidente da Assembleia da República; -----

- c) Grupos Parlamentares da Assembleia da República; -----
- d) Primeiro-ministro; -----
- e) Associação Conquistas da Revolução; -----
- f) Associação 25 de Abril; -----
- g) CGTP-IN ----- ”

Moção

“-----Garantir o direito à habitação, combater a especulação imobiliária-----
-----Artigo 65.º-----

----- (Habitação e urbanismo) -----
----- 1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar. -----

----- 2. Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado: -----

----- a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social; -----

----- b) Promover, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais; -----

----- c) Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada; -----

----- d) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução. -----

----- 3. O Estado adoptará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria. -----

----- (...)-----
----- in Constituição da República Portuguesa -----

----- A habitação é hoje uma preocupação de milhões de portugueses: dos que vivem em casa arrendada e se veem confrontados com excessivos aumentos de renda ou risco de despejo; dos que foram empurrados para o crédito à habitação e veem a prestação aumentar para valores inportáveis; dos que não têm acesso à habitação porque não conseguem encontrar uma casa com condições dignas para viver e que possam pagar. -----

----- A garantia do direito à habitação exige que se cumpra a Constituição da República. Exige que o Estado assuma as responsabilidades e incumbências que esta lhe atribui. É obrigação do poder político, incluindo a Assembleia da República, o Governo e o Presidente da República, em colaboração com as autarquias locais, tomar as medidas necessárias para o concretizar. -----

----- No imediato, a garantia do direito à habitação exige a adoção de medidas urgentes que defendam os inquilinos, travem a subida das prestações do crédito, aumentem a oferta pública de habitação e enfrentem com coragem a especulação imobiliária, recusando a conceção da habitação como mera mercadoria destinada ao negócio. -----

----- Assim, e tendo presente o debate público que percorre a sociedade portuguesa sobre a problemática do direito à habitação e da especulação imobiliária nas grandes cidades, de que Lisboa é expressão maior e concentrada, a Assembleia de Freguesia de Santo António em Lisboa, reunida em sessão ordinária de 26 de Abril de 2023, considera necessário que, no imediato, sejam concretizadas medidas urgentes em três dimensões: -----

----- Travar o aumento das rendas, incluindo nos novos contratos. Reequilibrar a relação entre inquilinos e senhorios. É preciso adoptar legislação e medidas que dêem estabilidade ao arrendamento, limitando fortemente a possibilidade de despejo, travando a subida das rendas em todos os contratos de arrendamento e prolongando os contratos de arrendamento em vigor, limitando as possibilidades de não renovação. ----

----- Adotar legislação clara regulamentadora do mercado de arrendamento e garante de direitos, quer de inquilinos, quer dos próprios proprietários.-----

----- Aumentar a oferta pública de habitação, a partir de imóveis públicos e outros que possam ser destinados a esse fim, cuidando de cessar a alienação de património público a favor de dinâmicas especulativas. É preciso garantir que o Estado assuma as suas próprias responsabilidades na promoção de habitação pública, através de um expressivo financiamento do Estado, a par do aproveitamento integral das verbas do PRR, promovendo a recuperação e reabilitação de imóveis públicos que possam ser destinados a habitação; apoio à reabilitação e recuperação de imóveis privados devolutos destinados à habitação; utilizando os mecanismos de tomada de posse administrativa, reabilitação, arrendamento de imóveis privados devolutos nos termos da Lei, em áreas de declarada carência habitacional, nomeadamente sobre fogos devolutos que sejam propriedade de fundos imobiliários, assegurando um rápido investimento para o alojamento estudantil com a ampliação do número de residências públicas. -----

----- Defender as famílias com crédito à habitação. Adoptar medidas que impeçam despejos na sequência de penhoras ou execução de hipotecas. Determinar a utilização pela Caixa Geral de Depósitos de um spread de 0,25% no crédito à habitação como instrumento regulador do mercado. Criar a possibilidade de instituir uma moratória em que haja lugar apenas ao pagamento de juros a uma taxa igual à que é utilizada para o financiamento dos bancos e suspendendo temporariamente as amortizações do capital.

----- Estabelecer como limite máximo da prestação uma taxa de esforço de 35% do rendimento mensal do agregado familiar para consideração da concessão de apoios específicos. -----

----- A par destas três dimensões, assinala-se a importância da promoção, através do movimento cooperativo, sector social e mutualista, de um parque habitacional, a custos controlados e de qualidade destinado ao regime de renda condicionada; da criação de programas cooperativos abertos a uma base alargada de agentes, destinada à recuperação e reabilitação das habitações. -----

----- No domínio do combate à especulação, considera-se necessário a adopção de medidas de emergência: criação de limites à aquisição de habitações por fundos imobiliários; a limitação, em áreas de declarada carência de habitações, da mobilização de habitações para uso de Alojamento Local; suspensão de regimes fiscais de privilégio, à semelhança da tardia eliminação dos vistos gold. -----

----- A gravidade e dimensão do problema da habitação exige correspondência na eficácia e determinação em o enfrentar, não insistindo nas mesmas opções que conduziram à actual situação, nem em medidas paliativas que adiam a resposta que se impõe. -----

----- Esta Moção deverá ser enviada à Câmara Municipal de Lisboa, à Assembleia da República, ao Governo e ao Presidente da República.-----”

----- (diálogos cruzados) -----

----- **Moção** -----

----- Pagamento dos suplementos com carácter permanente (SIP e noturno) no período de férias-----

----- *Vários trabalhadores da Autarquia, pelas características das suas funções (nomeadamente na área da limpeza urbana) no que diz respeito à sua natureza, organização e definição de horários de trabalho, auferem a respectiva remuneração base e ainda a correspondente aos suplementos a que têm direito – neste caso o suplemento de insalubridade e penosidade e o suplemento de trabalho nocturno. -----*

----- *Mais se acrescenta que a natureza das suas funções e respectiva organização de trabalho implica que estes trabalhadores prestem a sua actividade durante todo o ano, com a mesma forma de organização de trabalho. Apesar disto, é do conhecimento do PCP que a estes trabalhadores da autarquia não tem sido considerado o pagamento destes suplementos em período de férias. -----*

----- *Os suplementos, tendo em conta a natureza das suas funções, são considerados doze meses por ano, impondo-se assim também o seu pagamento no próprio período de férias. Como determina a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, a remuneração do período de férias corresponde à que o trabalhador receberia se estivesse em serviço efectivo, com a excepção do subsídio de refeição, ou seja, corresponde à remuneração base, suplementos remuneratórios e prémios de desempenho. -----*

----- *Tendo em conta que na autarquia não estão a ser pagos os valores no período de férias correspondentes ao suplemento de penosidade e insalubridade e ao subsídio de trabalho nocturno, incumprindo assim a Lei e atentando contra os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, propomos que a Assembleia de Freguesia de Santo António em Lisboa, na sua sessão ordinária de 26 de Abril de 2023, delibere:-----*

----- *Exigir ao Executivo da Junta de Freguesia que de forma urgente reponha a legalidade, procedendo ao pagamento da remuneração do período de férias no que corresponde à remuneração dos suplementos por eles auferidos, com o pagamento dos devidos retroactivos.-----*

----- *A eleita do PCP - Sónia Costa -----*”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação o **Voto de Saudação “25 de Abril e 1º de Maio”**, apresentado pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.**-----

----- Disse que iriam adiar algum tempo a votação da moção sobre habitação, para poderem meditar no tema. Era um tema quente a nível mediático inclusive e podia ser que tivessem algum contributo útil. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta**, referindo-se à moção sobre o pagamento de suplementos, disse que as palavras, tanto ditas como escritas, eram por vezes encadeadas de forma mais ou menos veemente, mais de carácter direto ou mais voltas de redundância. O PCP ia sempre de alguma forma com os direitos dos trabalhadores, mas se havia uma Junta que defendia os direitos dos trabalhadores era a Freguesia de Santo António, que muito antes de se abrir o processo do PREVPAP para dar segurança aos trabalhadores já tinha concursos abertos a decorrer para as pessoas terem a sua segurança. -----

----- O Executivo da Junta de Freguesia, que desde sempre a sua atuação era ponderada e tinha em conta a legalidade, pediu pareceres jurídicos. Como sabiam, se estivessem três juristas a ler o mesmo documento provavelmente eles dariam três pareceres diferentes. -----

----- A 23 de janeiro reiterou-se novamente a análise da situação, tal e qual como se tinham comprometido na Assembleia de Freguesia de dezembro. Deixaram passar o final do ano e puseram outra vez à discussão o documento com pareceres jurídicos, pediram-se novos pareceres e novos entendimentos, porque nunca iriam fazer nada que os prejudicasse e a Assembleia de Freguesia, indo contra alguma Lei que poderia colidir com aquilo que era vontade da Freguesia fazer desde sempre.-----

----- Tanto que a eleita do PCP já encurtou os pedidos, porque o retroativo já foi pago, uma série de coisas já estavam a ser pagas e com algum espanto via a palavra “exigir”, porque no mês de março tiveram a resposta final com o parecer favorável do pagamento dos subsídios de insalubridade e de trabalho noturno.-----

----- Quando fossem os pareceres jurídicos pedidos para o pagamento do que estava em falta, conforme os pareceres que tivessem resolveriam.-----

----- O “exigir” era uma coisa que todos queriam e achava piada. Não foram exigir, foram lá falar porque eles também estavam a trabalhar nisso, podia era não ser à velocidade que queriam. -----

----- Por falar em “exigir”, enquanto Presidente da Junta e morador desde que nascera na Freguesia ficava com muita pena que o PCP levasse ali moções a falar do património público e exigir e depois, num muro acabado de limpar de património público, que era o jardim da Praça da Alegria, levavam com grafitis a fazer publicidade à Festa do Avante. Aconteceu que tiveram que voltar a limpar e a gastar erário público.-----

----- Enquanto freguês também exigia que não sujasse as paredes da Freguesia. Portanto, por vezes as palavras deviam ser mais bem escolhidas. -----

----- Se o pagamento do subsídio noturno já estava com o parecer favorável e já tinham onde escudar, iria ser feito. Os jurídicos serviam para isso, para proteger toda a gente, mas a palavra “exigir” era muito forte. Sem um parecer jurídico podiam exigir o que quisessem que nada era feito. -----

----- Tinham que defender a Assembleia de Freguesia e o Executivo da Junta e se tivesse um parecer jurídico a dizer que podia pagar no dia a seguir pagava.-----

----- Se quisessem fazer politiquice, porque ficava bem nos comunicados internos dizer que exigiam, que fizessem, mas não estragassem o erário público e o património público da Junta com brincadeiras de publicidade, quando ainda por cima os partidos políticos podiam usar outra forma. O Facebook, o instagram, era tudo de borla. Irem para a Freguesia estragar aquilo que era de todos, isso não.-----

----- Enquanto cidadão, enquanto munícipe e freguês, também exigia que não estragassem as coisas da Junta de Freguesia porque elas custavam dinheiro a manter. --

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que começavam a desviar os assuntos quando não lhes interessava responder. Se quisessem falar de coisas que desagradavam enquanto fregueses podia começar já pela sua rua, mas era um tema que tinha para depois e não ia desviar daquilo que era verdadeiramente importante. -----

----- Quando existia a Lei não importava se havia parecer jurídico, se receberam ou não, exigia-se uma coisa que legalmente tinha que ser feita e a palavra “exigir” iria continuar nas moções sempre que entendessem dever fazê-lo.-----

----- Aquilo que tinha falado no início e que foi resolvido, não ia a todas as Assembleias falar sobre isso, que já estava feito. Quando faziam coisas bem era a primeira pessoa a dizer, mas quando as coisas estavam mal exigia-se que elas fossem resolvidas e usaria a palavra “exigir” sempre que achasse que tinha de utilizar, assim como o Senhor Presidente usava aquelas que entendia dever usar.-----

----- Essa era uma situação que não se prendia apenas com a Junta de Freguesia de Santo António, houve Juntas que já resolveram o problema. O que estava a acontecer era que durante o período de férias deviam ter sido pagos os suplementos auferidos que tinham a ver com subsídios de trabalho noturno, suplemento de penosidade e insalubridade, que não estavam a ser pagos. A Lei era clara sobre isso.-----

----- Se precisavam de um parecer jurídico, como se aguardou das outras vezes continuavam a aguardar, mas exigiam que isso fosse visto. -----

----- Outra questão que não queria misturar com a moção era como estariam sobre o posto de limpeza do Rato, que as pessoas continuavam na mesma, e sobre outras obras. Se iriam repetir o caderno reivindicativo. -----

----- Falava nisso em todas as Assembleia e voltaria a falar nisso enquanto as condições de trabalho das pessoas fossem a miséria que era no Rato. Exigia que isso fosse resolvido e se não fosse de uma forma teriam que fazer pressão de outra forma, cada um usava os meios que tinha. Se tivesse os meios que tinha a Junta de Freguesia se calhar não estava a discutir esse assunto porque ele já estava resolvido. -----

----- Sabia que as competências eram aquilo que eram, mas também as pressões faziam-se quando dava mais jeito para um lado ou para o outro. Não queria entrar em conversas laterais nem desviar o assunto. -----

----- Em relação à moção, se fosse legalmente obrigatório pagar, como já aconteceu noutras Juntas de Freguesia e que já estavam a regularizar a situação, o que queria era que ela fosse regularizada. Sobre os outros pontos conversavam depois. -----

----- **Membro Joana Mira (IL)** disse que não ia ali na qualidade jurista. Como sabiam, a IL tinha alguma “comichão” ao comunismo, mas tinham que olhar para as coisas como elas eram. -----

----- O Senhor Presidente da Junta dizia que esses subsídios tinham sido pagos, mas o que a Membro Sónia Costa estava a dizer era que no período de férias não eram pagos. Usou a palavra “exigir” que podia ser forte, mas também tinham que olhar para o bem das pessoas. -----

----- Estavam a falar do subsídio de refeição e de subsídios que eram direitos dos trabalhadores. Teriam que colocar as palavras um bocado de parte e olhar para a essência daquilo que se estava a dizer. Na realidade estavam a falar de um direito, liberdade e garantia de um trabalhador. Tivessem em atenção isso.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que compreendia isso e respeitaria. A única coisa enquanto cidadão normal e que não tinha valor jurídico nenhum era que parecia estranho um subsídio noturno quando a pessoa estava em casa de férias. Eles tinham um subsídio porque havia um risco... -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **Membro Joana Mira (IL)** disse que se fosse assim havia outra questão. Tinham lugares disponíveis para pessoas trabalharem na higiene urbana, que na realidade não tinham conseguido preencher... estavam perante uma situação em que a Lei era clara. Uma coisa era o subsídio de alimentação e outra coisa eram os outros suplementos, mas enquanto não fossem atribuídos salários e condições para essas pessoas trabalharem continuariam a ter um problema. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** explicou que não estava a dizer que não. Já não queria fazer mais comentários para não perderem mais tempo, já estava esclarecido que seria um tema para mais cedo ou mais tarde alguém resolver sem fazerem absolutamente nada, era a sensação que tinha. Fazer um parecer jurídico, o Senhor Presidente iria fazer isso em conformidade e a Membro Sónia Costa na próxima Assembleia iria agradecer por isso estar resolvido. -----

----- **Membro Maria Elisa Rodrigues (PSD)** disse que o voto do PSD tinha em conta que o Senhor Presidente explicou a situação e disse que quando tivesse os pareceres jurídicos falaria. Não estava em causa o pagamento ou não, estava em causa exatamente a Lei, não estavam a dizer que não concordavam com o pagamento. -----

----- Assim como a IL achava que os trabalhadores tinham que ser pagos, também achava. Era sindicalizada e a primeira coisa que fazia quando lhe estavam a falhar, por vezes acontecia, era ir ao sindicato e meter um papelinho. -----

----- O Executivo estava a fazer muito bem, porque podia depois a oposição mandar para o Tribunal Constitucional, ele pagava e depois ia para trás. Assim tinha um documento que ia justificar o pagamento. Claro que a Freguesia ia pagar, a partir do momento em que tinha um papel. Não ia pagar e depois dizerem que não era. -----

----- Sugeria às pessoas que estavam nessa situação que fossem ao sindicato. Ainda por cima o sindicato devolvia 150% da mensalidade e tinham advogado. A sua sugestão era que todos os funcionários deviam estar sindicalizados, tinham todas as vantagens. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que não estava numa guerra de querer rejeitar ou aprovar o que fosse. Queria perceber porque não conhecia os trâmites. -----

----- Também era trabalhador por conta de outrém e estava interessado, mas a pior coisa que podia acontecer era aprovar alguma coisa que depois não estivesse de acordo. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **Membro Hernâni do Carmo (BE)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Voto de Saudação**-----

“-----Manifestação “Casa para Viver” – 1 de abril-----

----- *A crise na habitação agravou-se nos últimos anos e tornou incomportável para a maioria das pessoas o custo de comprar ou arrendar uma casa nas grandes e médias cidades do país.* -----

----- *Com os preços na habitação a atingirem recordes e o poder de compra a encolher face à inflação, milhares de pessoas manifestaram-se no dia 1 de abril em defesa do direito à habitação em Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Aveiro e Viseu.* -----

----- *A cidade de Lisboa tem sido, infelizmente, o maior palco das consequências da crise da habitação. Não é novidade que a habitação, enquanto direito constitucionalmente garantido, tem sido esquecido há décadas. Portugal continua a ser dos países com uma menor percentagem de habitação pública e o mercado foi de tal forma liberalizado, com a malfadada Lei Cristas, o surgimento em força do alojamento local e o boom turístico, que num cenário de inflação como o atual a situação é insustentável para demasiadas famílias.* -----

----- *No meio da crise que já ninguém consegue negar, as medidas apresentadas pelo Governo falham porque não trazem mudanças aos preços totalmente especulativos que se praticam e continuam a não operar mudanças estruturais na forma como se olha para uma casa.* -----

----- *Uma casa é uma casa e não é um simples bem de mercado para ser transacionado.*

----- *Uma casa é a segurança basilar de qualquer pessoa, de qualquer família.* -----

----- *As rendas em Portugal aumentaram 40% nos últimos cinco anos e os preços de casas subiram 19% desde o ano passado, ao mesmo tempo que os bancos duplicaram os seus lucros. O turismo é visto como uma monocultura na cidade de Lisboa. Enquanto isto acontece, continuamos a expulsar pessoas das suas casas para longe das suas comunidades e redes de contacto.* -----

----- *O direito à cidade passa, também, pelo direito à habitação. Não podemos achar normal que, em algumas freguesias, o alojamento local represente quase 70% das casas nesse território.* -----

----- *Não podemos achar normal que a quem ganha 800€ ou 900€ lhe sejam oferecidas rendas acima dos 1000€.*-----

----- *A freguesia de Santo António apresenta um rácio entre o número de estabelecimentos de Alojamento Local e de alojamento familiar clássico de 26,7%, o 3º mais alto das freguesias da cidade de Lisboa. A este dado junta-se a perda de população verificada em Santo António entre 2011 e 2021: - 6,4%.*-----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Santo António reunida a 26 de abril de 2023, ao abrigo do artigo 9.º, n.º 2, alínea j) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera: -----

----- 1. Saudar a Manifestação Casa para Viver, bem como todos os coletivos e organizações que se associaram a ela. -----

----- Lisboa, 26 de abril de 2023. -----

----- O eleito pelo Bloco de Esquerda, *Hernâni do Carmo* ----- ”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou qual era a fonte dos dados que ali eram citados. -----

----- **Membro Hernâni do Carmo (BE)** respondeu que os 26,7% eram de uma fonte mesmo da Câmara Municipal de Lisboa e os -6,4% eram dos Censos de 2021. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “Manifestação “Casa para Viver” – 1 de abril**”, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 7 votos contra (PSD, CDS-PP e IL) e 5 votos a favor (PS, PCP e BE) -----

----- Continuando, disse que a Membro Joana Mira tinha apresentado uma recomendação que lhe parecia estar relacionada também com o tema da habitação, que teria o objetivo de fazer um cadastro daquilo que pertencia à Freguesia. Sugeria que se calhar na próxima Assembleia, como já decidiram que falavam na outra, aproveitavam para se quisessem acrescentar alguma coisa entretanto relativa ao tema enviarem, porque entretanto havia uma série de decisões a tomar pelo Governo nesse sentido e não sabiam o que iria acontecer. -----

----- Estavam todos expectantes e em particular na Freguesia. Compreendia o que o Membro Hernâni do Carmo estava a dizer, não era fácil atualmente uma pessoa alugar casa na Freguesia. -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que outras coisas que queria falar tinham a ver com a pergunta que fazia sempre, saber como estava a situação dos postos de limpeza e se já havia alguma novidade em relação às obras. -----

----- Os trabalhadores com quem falara, continuavam a dizer que havia poucos funcionários. Tinham falado da última vez que o concurso ficara vazio e, portanto, saber se havia alguma novidade sobre isso. -----

----- Em relação ao site da Junta de Freguesia, o PCP já tinha falado nisso em várias reuniões. O último documento oficial ainda era o Orçamento 2022, não tinha as alterações legislativas, o Plano de Atividades de 2023 também não estava lá. Ia às atas e a última que lá estava era de 19 de outubro de 2021 na parte da Assembleia, parecia que não reuniram desde essa data. Isso dava uma imagem péssima. -----

----- Não queria estar a pôr isso por escrito, já foi por escrito pelo PS, mas começava a ser recorrente e qualquer dia teriam que tomar algumas medidas porque já não bastava os fregueses não terem conhecimento daquilo que estavam ali a fazer e dos documentos oficiais, alguns de obrigatória publicação respetiva no site, até aos Membros da Assembleia dificultava. Mesmo que quisessem conferir se estava aquilo que aprovaram não conseguiam ver. Era uma situação recorrente e que sugeria novamente para ser resolvida com a maior urgência possível. -----

----- Não gostava muito de falar de situações particulares, mas havia o pedido de um freguês da Travessa Conceição da Glória, onde também morava, porque estavam a ter problemas constantes com lixo devido a um bar. Para além do passeio estar todo destruído, ervas por todo o sítio, todos os dias acordavam e tinham lixo por todo o lado. -----

----- Segundo o administrador do prédio já foram enviados vários e-mails para a Junta e não tinha qualquer tipo de resposta. -----

----- Mesmo que algumas coisas não fossem competência propriamente da Junta, no mínimo era responder ao freguês, porque até já fugia dele. Estava a falar disso na Assembleia porque já havia muita gente a queixar-se e aquilo já estava a começar a ser mesmo demais. O mesmo passeio com imensos buracos, tinha fotos que iria dispensar. Não sabia se eram as pessoas durante a noite que iam desmanchando o passeio, mas era complicado. -----

----- Entretanto tinha recebido um e-mail de uma freguesa de Santo António, dizendo que também tinha encaminhado um e-mail para a Junta, para si e para o Membro Hernâni do Carmo. A Senhora pediu novamente para colocar a questão. Não ia identificar, mas citava a mensagem: -----

----- “Foi com enorme consternação que eu, freguesa de Santo António e decoralista do coro Ricercare, recebi hoje a notícia do cancelamento do concerto no próximo sábado na Igreja de São Mamede, entre outros eventos culturais que já estavam agendados. ----

----- Efetivamente, a cinco dias de um concerto com divulgação feita e muita preparação por parte dos músicos, com trabalho de programação e pós-produção por parte dos serviços da Junta, é com enorme insensibilidade e falta de respeito que recebi esta desmarcação. Falta de respeito pelo público, pelos artistas e pelos funcionários...” -----

----- Entretanto a Senhora continuava a dizer outras coisas. Ficou extremamente triste porque era também uma questão cultural. Queria saber qual foi o motivo desse cancelamento. Pensava que isso teria ido também para a Junta de Freguesia, tinha consigo que foi e a Senhora não obteve qualquer resposta. Saber porque foram canceladas e se foram canceladas porque não foi proposta uma nova data, porque tanto para os fregueses como para os próprios artistas em cima da hora era um pouco complicado. -----

----- **Membro não identificado** disse que tinha também uma pergunta sobre esse assunto, um assunto pelo qual tinham muito carinho. -----

----- Soubera que aquilo que foi transmitido ao coro era que teria havido cortes orçamentais, o que não tinha sido comunicado ao departamento de cultura e levou à reprogramação/adiamento/cancelamento desses concertos. Considerava isso lamentável, os concertos de música erudita em Santo António não eram propriamente abundantes, enquanto noutras igrejas acontecia muito.-----

----- Gostaria de perceber se de facto houve um corte ou não no orçamento da cultura e nesse investimento. -----

----- Outra questão era que o Senhor Presidente transmitisse um pouco mais sobre o super quarteirão, o projeto para a Praça da Alegria, ao qual ainda não tiveram acesso. Esperava que tivessem reunido com o Senhor Presidente e se pudesse avançar um pouco sobre esse assunto agradecia.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que em relação ao posto de limpeza estavam em fase final as plantas da especialidade. Não era arquiteto nem engenheiro, mas para aprovação pela Câmara, a acabar as plantas de especialidade para entregar à Câmara. --

----- Os concursos estavam vazios. Nem sabia o que responder porque eles eram publicados. Se por exemplo abrisse um concurso para o gabinete de recursos humanos concorriam 150 pessoas. Abriram-se dez concursos para o ambiente urbano e estavam vazios. Quem concorria normalmente entrava. Ultimamente fez-se um contrato novo de um concurso que terminou. -----

----- Não conseguia dar uma razão para eles ficarem vazios. Não havia pedidos de mobilidade, para esse tipo de trabalho não existia. Depois havia todas as outras limitações na contratação de gente que não estava apta para poder ir trabalhar, com a idade que tinham e a escolaridade que tinham, numa série de coisas. -----

----- Em relação ao coro, não houve cancelamento. Aliás, iria tentar perceber que indicação era essa que a Senhora dizia e perceber aquilo que se passou.-----

----- Houve uma reprogramação por questões técnicas do som e daquilo que era preciso usar, que não estava disponível para conseguir no mínimo fazer alguma coisa. Não houve cancelamento, havia uma reprogramação e estava uma reunião marcada com a Senhora para agendar novamente o concerto.-----

----- No mês de dezembro houve alguns concertos de música erudita, o Mário Laginha, a cravista Joana Bagulho. Havia mais oito concertos nesse local, eles iam acontecendo.

----- Quanto ao super quarteirão, foi um desafio que a Câmara fez ao conselho de cidadãos, teria sido assim que chamaram, ele desafiou a Freguesia de Santo António e a Freguesia de Campo de Ourique. Pediu-se algum tempo para tentar arranjar as situações e no dia 30 lá estariam com o primeiro dia de fecho da Praça da Alegria ao trânsito automóvel, devolvendo a praça ao evento em questão.-----

----- Havia ioga, treino funcional, boxe da parte da manhã, o Salt River Jazz Band, que era uma banda de blues.-----

----- Foi a Câmara que lhe deu o nome. Não lhe chamavam super quarteirão, chamavam praça com todos. Estavam à espera do ok da CML para fazer o resto da obra do projeto “Uma Praça em Cada Bairro” que estava previsto para ali.-----

----- Na altura percebeu-se que o projeto da praça ia ser mais uma vez adiado, por razões que não fazia ideia. Numa reunião pública do São Jorge disseram à Câmara que assumiam o miolo do projeto, o jardim como sendo da Freguesia e iam fazer *ipsis verbis* o que estava no projeto da Câmara, assim o fizeram para depois a Câmara fazer todo o resto. Parecia um pouco tonto ter ficado por fazer o que restava e estava-se a negociar com a Câmara a obra ser feita pela Junta, como foi a outra. Depois entrariam em contas com eles sobre o projeto que eles próprios fizeram, aprovaram.-----

----- Devia dizer que o projeto da Praça da Alegria no programa “Uma Praça em Cada Bairro” foi discutido ao milímetro com a Junta de Freguesia, só que nunca foi feito.-----

----- **Membro não identificado** disse que pelo que percebia não era um projeto super quarteirão, era de facto um evento equivalente ao que se passava na Avenida da Liberdade, o formato era o mesmo e não se podia fazer na Avenida da Liberdade porque estavam os estaleiros, a Câmara achou que não era boa ideia fazer ali e passou para a Praça da Alegria.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não era bem assim.-----

----- **Membro não identificado** perguntou qual era a diferença. Havia um corte temporário de trânsito, um evento a decorrer que não implicava nenhuma alteração de fundo e não era de facto o super quarteirão.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que não lhe tinha dado o nome e, portanto, não podia responder por uma coisa que não tinha dado.-----

----- **Membro não identificado** disse que só estava a perguntar enquanto munícipe de Santo António, porque passava lá e queria saber se estavam a fazer. Nesse caso iria felicitar, se fosse de facto o super quarteirão, mas pelo que percebia não era a criação de um super quarteirão.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que mais à frente a ideia era fazer o projeto “Uma Praça em Cada Bairro”. A história do super quarteirão, sabia que era público, da comunicação social, mas a Praça da Alegria e o Jardim da Parada tinham a mesma leitura e pensava que se iria estender mais à frente a mais Freguesias. Eram dois projetos piloto.-----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

----- Ponto 1. – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 644 A AF/23 – Alteração ao CDC AAAF e CAF-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 644_A_AF/23 – Alteração ao CDC AAAF e CAF**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 2. – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 684 A AF/23 – ratificação do Protocolo com UAL CEU** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 684_A_AF/23 – ratificação do Protocolo com UAL CEU**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 3. – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 704 A AF/23 – Protocolo com o Instituto Piaget CDHIE CRL**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 704_A_AF/23 – Protocolo com o Instituto Piaget CDHIE CRL**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 4. – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 707 A AF/23 – assunção de compromissos plurianuais** -----

----- **Membro Catarina de Jesus (PS)** disse que ia abster em relação a essa proposta e explicava porquê. Primeiro porque a proposta já devia ter sido apresentada. Normalmente esse tipo de propostas convinha serem antes do ano começar, normalmente anuais. Segundo porque a própria proposta não fazia a ratificação daquilo que já foi assumido, se foi algum compromisso assumido plurianual durante o ano 2023.-----
----- A proposta devia ser anual e não até ao final do mandato e daí o seu voto ser a abstenção.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 707_A_AF/23 – assunção de compromissos plurianuais**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 7 votos a favor (PSD, CDS-PP e IL), 4 votos contra (2PS, PCP e BE) e 1 abstenção (PS)-----

----- Disse que o PS indicara que iria apresentar posteriormente uma declaração de voto.

----- **Ponto 5. – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 723 A AF/23 – protocolo Universidade Aberta para estágio académico** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 723_A_AF/23 - protocolo Universidade Aberta para estágio académico**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -

----- **Ponto 6. – Apresentação, análise e votação da proposta nº 799 A AF/23 – Protocolo APOIARTE Casa Artista**-----

----- **Membro João Afonso (PS)** disse que gostaria de obter algum esclarecimento do Senhor Presidente sobre a natureza do apoio, que era de cinco mil euros, saber qual a fundamentação para apoiarem. Não era uma instituição da Freguesia e as contrapartidas, parecia ser evidente para todos, eram muito vagas. Havia uma desproporção entre a clareza dos cinco mil euros e aquilo que a Freguesia e os seus fregueses iriam receber, resultante desse protocolo.-----

----- Haveria com certeza algo mais objetivo que pudesse transmitir do que o conjunto de informações genéricas que poderiam pôr em qualquer protocolo e quase com qualquer organização da Cidade de Lisboa.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que percebia a pergunta, dizendo que a Casa do Artista, além de albergar alguns fregueses com morada em Santo António, porque eram artistas e a Freguesia sempre viveu muito da proximidade do Parque Mayer, com a qual tinham uma ligação estreita e não havia como fugir.-----

----- Havia também uma série de valências a ganhar com isso, que eram os técnicos de animação cultural da Casa do Artista passarem a estar disponíveis também para o Centro Social Laura Alves. Isso numa primeira abordagem.-----

----- Numa continuidade, o facto dos utentes do centro poderem estar durante o dia, as vezes que fossem necessárias, com artistas da Casa do Artista, onde ia, almoçar com a Anita Guerreiro, com a Irene Cruz. Eram pessoas que estavam lá a viver e os fregueses iam lá nos dias em que havia abertura para receber pessoas de fora.-----

----- Também poderiam estar presentes em algumas produções da Casa do Artista. Outras coisas iam acontecendo, no meio da cultura as coisas aconteciam de dia para a noite. Podia dar o exemplo com a história dos concertos no Camilo Castelo Branco, que foi uma coisa que surgiu como uma hipótese, um artista que até se prontificou logo. Não ra da Casa do Artista mas servia para dar o exemplo que as coisas efetivamente aconteciam.-----

----- Todos os espetáculos que eles tinham com o TIL, que a Câmara também pagava para o TIL lá estar, ficavam acessíveis às escolas, tal como o espetáculo que estava agora no Parque Mayer.-----

----- Eram tudo parcerias que se iam fazendo e pedia desculpa se era vago, mas efetivamente era o que estava transposto nessa verba.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 799_A_AF/23 – Protocolo APOIARTE Casa Artista**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PSD, CDS-PP, 1PS, PCP, BE e IL) e 2 abstenções (PS)-----

----- **Membro João Afonso (PS)** disse que se abstinha nesse protocolo por uma razão muito simples, desde logo a razão apresentada de vários moradores da Freguesia estarem na Casa do Artista. Um protocolo com uma entidade como essa, sendo exterior, à Freguesia exigia mais fundamentação e apresentação de razões.-----

----- Não tinha qualquer dúvida que iam acontecer iniciativas organizadas entre a Junta e a APOIARTE.-----

----- **Ponto 7. – Apresentação, análise e votação da proposta nº 800 A AF/23 – Protocolo Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Ajuda – Cruz Verde** --

----- **Membro Catarina de Jesus (PS)** disse que não tinha nada contra, mas gostava de ver uma questão esclarecida.-----

----- Tendo em conta que os Bombeiros Voluntários da Ajuda já não se encontravam sediados na Freguesia e até estavam relativamente longe, na outra ponta da cidade, tendo em conta também que tinham bombeiros sediados ali na Junta e até nas Juntas de Freguesia mais próximas, qual a razão de se terem escolhido os Bombeiros Voluntários da Ajuda e não outros bombeiros com maior proximidade.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que isso tinha várias explicações lógicas e uma delas era a capacidade de resposta. As casas de voluntários tinham altos e baixos. Nesse momento a capacidade de resposta para as situações, para as prevenções, para os eventos e solicitações, só existiam duas casas que estavam capazes, com muita pena sua. Eram os Bombeiros Voluntários da Ajuda e os Bombeiros Voluntários de Cabo Ruivo.

----- Recebiam mensagens dos alertas existentes na Freguesia pela SALOC, a central do Regimento. Infelizmente para os bombeiros da Freguesia, invariavelmente dizia a mesma coisa, “Bombeiros Voluntários Lisbonenses não saem por falta de meios”.-----

----- Tinha que haver também disponibilidade das direções em conversarem e terem um pensamento mais aberto para conseguir fazer sobreviver as suas associações, às quais presidiam, tinham corpo ativo e tinham gastos.-----

----- A segunda razão era pelos meios técnicos. Precisavam de médicos e enfermeiros, eles tinham no corpo ativo, não precisavam de estar a contratar, não aumentando os preços dos protocolos e das situações.-----

----- A capacidade formativa dos elementos a mandar, iam quase todos como médicos de emergência médica.-----

----- A capacidade de resposta dos corpos de bombeiros vivia muito da sua génese, da sua essência e de quem os comandava, quem os presidia. -----

----- Dava um exemplo concreto para tentar fechar esse assunto. Enquanto bombeiro, para a sua casa na altura ganhar dinheiro, que era da Praça da Alegria, tinha ido retirar reclamos luminosos com a equipa que foi formada e treinavam a tirar reclamos luminosos inativos dos prédios, porque tinham capacidade técnica para isso. A direção percebeu que não era só com as ambulâncias e com os fogos, o que fosse, que teriam dinheiro para pagar ordenados, luz, segurança social, equipamento novo, capacetes.----

----- Tinha que se apanhar uma conjuntura de presidência e comando de cabeça aberta para poder participar. -----

----- Os Bombeiros Voluntários da Ajuda faziam invariavelmente as prevenções aos atos eleitorais, porque eram os únicos que mostravam disponibilidade. Naquele dia toda a gente pedia. Da última vez os Bombeiros Voluntários de Campo de Ourique estiveram presentes no stand da CSantos.-----

----- Para quem não estava dentro do movimento associativo do bombeiro, não o outro, havia debandadas. Quando por vezes saía um elemento havia uma série deles que iam atrás desse elemento e as casas ficavam sem poder de resposta.-----

----- De momento os bombeiros da Freguesia estavam um pouco debilitados. Havia vários projetos, um a ser lançado no dia seguinte e que eram os Bravos de Santo António, um projeto de proteção civil local e em que iam abrir também inscrições para os voluntários das Freguesias com formação certificada, em conjunto com os bombeiros e com o Turismo de Portugal. -----

----- Os técnicos de transporte de ambulâncias seriam certificados, podiam-se inscrever como voluntários. Aliás, deixava o repto às Membros Catarina de Jesus e Sónia Costa para olharem para esse projeto com amor e carinho. Haveria responsáveis por zonas e os fregueses fariam parte integrante desse projeto com formação, com a distribuição de um equipamento para serem identificados no local. -----

----- Era daqueles que dizia que os bombeiros deviam ser pagos para não trabalhar, era bom sinal. Já todos gordos, com barriga. -----

----- Não se importava de fazer protocolos com os bombeiros todos da cidade, porque qualquer pessoa ali sentada, quando ligava o telefone a chamar os bombeiros não queria saber de onde eles iam. -----

----- Na altura em que era bombeiro houve uma debandada para os Bombeiros Voluntários Lisbonenses, que de um momento para o outro ganharam 34 elementos. Ficaram com uma capacidade de resposta superior à dos outros. Entretanto tinha acontecido uma coisa ao contrário, não sabia para onde eles iam mas tinham saído. Era uma oscilação mais ou menos como aqueles 30% de eleitores que não eram filiados em lado nenhum e andavam entre um lado e outro. -----

----- **Membro Catarina de Jesus (PS)** disse que tendo em conta o valor do protocolo, três mil euros, perguntou se isso tinha um número de serviços contabilizado para a Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que eles conseguiam garantir as prevenções necessárias até ao final do ano dos eventos externos com necessidade de prevenção, de segurança de incêndio ou de saúde. Por exemplo já atuaram no 25 de Abril. As ambulâncias que acompanharam as corridas na Freguesia, foram eles.-----

----- Haveria um evento de wrestling que tinha obrigatoriedade de ter médico, enfermeiro e uma ambulância e eles iam cobrir esse evento. O número de eventos que lhes foram propostos eram cobertos com esse protocolo. Não se podia pagar um evento a uma associação, tinha que ser por protocolo e era isso que estavam a apresentar. -----

----- Cada serviço de ambulância custava trinta euros, para a Freguesia menos porque eram sócios dos bombeiros há muito tempo. Faziam-se cerca de dez transportes aos hospitais por dia para consultas. -----

----- Nos eventos, uma ambulância com dois bombeiros de terceira custava 75 euros à ambulância e 35 euros a cada bombeiro à hora. Se tivesse médico e enfermeiro a ambulância passava a medicalizável e no seu conteúdo custava 250 euros à hora. -----

----- Um transporte de urgência num país que não tivesse SNS, se não tivesse seguro pagava mil euros. -----

----- Por exemplo, se pedisse um carro de prevenção para um evento de fogo de artifício, eram 175 euros à hora o carro. Depois, se o chefe de viatura fosse um chefe o carro passava para 225 euros à hora. Isso era tudo trabalho especializado. -----

----- **Membro Catarina de Jesus (PS)** leu a cláusula 2^a, o objeto: “Em contrapartida, a segunda outorgante compromete-se a assegurar o transporte de pessoas sinalizadas pela Freguesia de Santo Antonio para os locais por esta indicados”. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o transporte de doentes para consulta era uma coisa, o transporte de pessoas sinalizadas era outra. As pessoas tinham que apresentar uma credencial ou informar. Imaginassem que alguém era operado à coluna e tinha que ir a uma primeira consulta pós-operação, normalmente os médicos passavam uma carta para ser transportado em ambulância e aí requisitava-se a ambulância. Isso era outra coisa, mas para ir às consultas não, quem ia às consultas era noutro carro por serem considerados doentes não urgentes. -----

----- Se fossem no dia 27 de maio eles lá estariam. Aliás, convidava todos, porque o wrestling voltava ao Parque Mayer sessenta anos depois. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 800_A_AF/23 – Protocolo Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Ajuda – Cruz Verde**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 8. – Apresentação, análise e votação da proposta nº 802 A AF/23 – Prestação Contas 2022** -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que o documento melhorou bastante desde que estava na Assembleia de Freguesia, mas continuavam com um problema que já foi levantado também pelo PS. Quando falavam na execução havia muita dificuldade em conseguir perceber o que estava planeado para o ano, o que estava executado. Isso obrigava a andar de orçamento para plano e vice-versa. -----

----- Por exemplo, nas receitas conseguia-se ver que elas eram concretizadas a mais de 100%, nas despesas andavam à volta dos 82%, o que pressupunha que não se executou a despesa toda que estava prevista e era importante perceber em que rubricas. -----

----- Com a quantidade de comparações e de quadros muito detalhados, se houvesse um resumo por unidades facilitava, porque só iam ver nos principais desvios de determinadas unidades. Face ao que estava previsto para o ano e àquilo que foi executado facilmente conseguiam fazer a análise. Com os documentos muito detalhados acontecia que tinham imensa dificuldade para detetar os desvios e conseguir fazer uma análise e quando se ia para a execução, quando se dizia aquilo que foi feito e para comparar com o que estava previsto para perceber os desvios não conseguiam fazê-lo. Isso obrigava a horas e não eram oito dias que permitiam fazer essa comparação. -----

----- No final queria fazer uma declaração de voto em relação a essa questão, mas era nesse sentido. Achava que tinham estado a melhorar, pretendia-se sempre melhorar cada vez mais, mas andar a comparar isso, depois iam ao site, depois não estava lá, era manifestamente impossível fazer uma análise minimamente rigorosa. -----

----- O problema não era haver detalhe, o problema era quando com o detalhe tão grande não se conseguia ver o essencial. Se calhar por unidades terem um resumo, o que estava previsto e o que foi feito, para se conseguir analisar diferenças.-----

----- De qualquer forma, estava muitíssimo melhor e tinha sido feito um trabalho muito importante em termos de prestação de contas e de apresentação.-----

----- **Membro João Afonso (PS)** disse que o PS tinha a sua representação bastante afetada, não estando ali a Membro Maria Dalila Araújo, mas havia um comentário que queria fazer.-----

----- Obviamente havia uma diminuição no Orçamento da Junta de Freguesia e mesmo assim na execução, apesar de melhor, continuavam nos 82%. Estava à espera que a execução orçamental, atendendo à menor verba, fosse melhor. Houve várias, reorçamentações, etc., que dificultaram com certeza a execução orçamental e queria perceber.-----

----- Corroborava a intervenção da Membro Sónia Costa relativamente à melhoria da apresentação, mas essa dificuldade de compreensão e acompanhar.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que uma parte dessa execução era feita com base nas transferências da Câmara e a última tranche entrou no dia 30 de dezembro, o que não deu capacidade para constituir despesa. No entanto, o desvio real de 10,2%, representando a média dos gastos relativos a dois meses de vencimento do pessoal, era um cuidado que tinham para conseguir ter uma almofada, não fosse acontecer a guerra em Espanha que era mais perto e afetaria a todos.-----

----- Conseguiu-se de alguma forma aumentar o património líquido. Em relação aos resultados positivos, tinha-se mantido, aumentou-se o património líquido da Freguesia e conseguiu-se também dotar a Freguesia de maior autonomia financeira para poder fazer face a alguma coisa inesperada, como por exemplo o aumento de 27% nos materiais de construção.-----

----- Tentava-se executar tudo, mas quando a última tranche chegava no dia 30 de dezembro era complicado. Não era crítica nem ataque, já aconteceu no passado, houve alturas em que entrou em novembro, também a 31 de dezembro.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que o objetivo não era gastar dinheiro, o objetivo era usá-lo em proveito dos fregueses para coisas que fossem realmente importantes. Gastar dinheiro em si não era um fim, era apenas um meio.-----

----- Submeteu à votação a **Proposta nº 802_A_AF/23 – Prestação Contas 2022**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 6 votos a favor (PSD e CDS-PP) e 6 abstenções (PS, PCP, BE e IL)-----

----- Informou que o PCP iria enviar depois uma declaração de voto.-----

----- **Ponto 9. – Apresentação, análise e votação da proposta nº 803 A AF/23 – 1.^a AOM 2023**-----

----- **Membro Catarina de Jesus (PS)** disse que a sua questão era saber porque razão a educação tinha um valor tão baixo, se os fregueses pequenos não mereciam um atenção especial e apostar um pouco mais na educação deles. Esse valor era provavelmente o que ia da Câmara.-----

----- Não ia comentar o resto, mas educação merecia uma atenção especial da Freguesia.

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que esse valor da educação ia de encontro às necessidades que foram emanadas pelo departamento. Não era muito, mas a educação também bebia no âmbito de projetos da cultura e do espaço público e não havia rubrica no orçamento da educação em que se pudesse inserir algum tipo de despesa nesse aspeto. As rubricas no orçamento da educação, algumas delas não comportavam despesas que a educação beberia de outro lado, como por exemplo o espaço público.-----

----- Principalmente uma das escolas era enorme, era muito boa, mas bebia muito de manutenção. Não foi criada rubrica, muitas coisas saíam de outras rubricas.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 803_A_AF/23 – 1.ª AOM 2023**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 7 votos a favor (PSD, CDS-PP e IL) e 5 abstenções (PS, PCP e BE)-----

----- (diálogos cruzados) -----

----- Continuando, disse que tinha a indicação de que por um lamentável erro qualquer dos serviços não foi enviado atempadamente o relatório trimestral do Presidente. Só agora se tinha apercebido desse erro e se a Assembleia concordasse seria editado e apreciado na sessão, se a Assembleia preferisse na próxima sessão seria então aí apreciado. -----

----- Sendo na próxima sessão, ficavam com tempo para fazer críticas mais aprofundadas e mais fundamentadas para apresentar. -----

----- Leu a **Ata em minuta referente à presente reunião** e submeteu à votação, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Não havendo mais intervenções, deu por encerrada a reunião. -----

----- Eram vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -

----- PRESIDENTE -----